

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 20 DE MARÇO DE 1996

Saúdo a todos em nome do Deputado Marchezan. Cito o nome do Deputado Marchezan, que está coordenando esta reunião, e digo-lhes que, para mim, é um gosto estar com vocês nesta manhã, aqui, por este motivo, com estes propósitos, sobretudo porque é uma reunião em que estamos vendo Senadores e Deputados de vários partidos e é também uma reunião que está pensando no País, está pensando especificamente no caso da Região Sul.

Li o documento que me foi trazido e sei que ele tem razão a respeito das eventuais conseqüências, sobre a Região Sul, da integração do Brasil ao Mercosul. Essa integração será positiva; a História mostra. Infelizmente, não tenho hoje tempo para estar lendo com muita atenção, mas já li muita coisa sobre as integrações de outras regiões. No começo, é assim mesmo, há dificuldades. Quem for ver o que aconteceu com a zona do Ruhr, na Europa, que serviu de base, depois, para a integração da Comunidade Européia e, hoje, da União Européia, vai verificar que houve muitos problemas que tiveram que ser enfrentados. Hoje, a região é muito próspera.

A pior coisa que a gente pode fazer na vida é se opor às grandes correntes de transformação da História.

Custa a alguns entender que, quando a transformação já está deslançada, ela é a nova realidade. E ficam andando para trás. E, tentando entender o futuro, olham para trás. Não entendem, não entendem. Lastimam-se, choram, reclamam, acham que está tudo errado – e perdem.

Aqui não, aqui é uma proposta olhando para a frente. Nós todos sabemos que estamos vivendo num mundo diferente do que foi há 20 ou 30 anos; que nós estamos diante de uma economia globalizada. O Brasil está integrado a um bloco regional e se coloca a questão nestas condições: “Como é melhor para o País? O que é melhor para o povo? O que é melhor para a região?” E, sem dúvida alguma, a Região Sul não vai poder ser um corredor. Ela tem que ser algo que marque uma presença de forças econômicas dinâmicas, ativas, no Sul.

Não creio que vá perder, nem deva perder, por exemplo, no caso do Paraná, a característica marcante de ser um estado agrícola importante. Mas ele não pode ser só agrícola. Santa Catarina, da mesma maneira, tem uma base de pequena e média empresa extraordinária. Eu costumo me lembrar sempre da Itália. Fui, muitas vezes, na Universidade de Bolonha, com a qual tenho relação, e fui, com frequência, a um dos núcleos de Bolonha, que é uma cidade chamada Forlì, na Itália, uma pequena cidade de um progresso enorme, porque tem pequena e média indústria com alta tecnologia.

O mundo moderno não é um mundo só da grande corporação. Quem vê assim vê errado. É um mundo que acoplou a grande corporação à enorme vitalidade da pequena e média empresa com alta tecnologia.

Santa Catarina tem tudo para isso e precisa, sim, de apoio do Governo Federal. A indústria têxtil e a indústria de calçados perto do Rio Grande do Sul também. Sei das dificuldades, e o BNDES está, pela primeira vez, olhando para essas empresas com outros olhos, porque sabe que não basta fazer o tipo de empréstimo antigo, tem que olhar também a exportação. Nós vamos ter que financiar a exportação, e o

Banco tem que olhar o capital de giro, embora isso não seja vocação histórica dele. Mas, para certos setores que estão sendo reestruturados, reajustados, é preciso que haja uma sensibilidade adequada para que eles possam continuar no seu dinamismo.

Agora, o dinamismo vai advir da mudança tecnológica. Se não houver mudança tecnológica, não vai haver dinamismo. Não adianta tentar financiar o “infinanciável”. E a mudança tecnológica produz uma certa transformação na força de trabalho, desloca mão-de-obra.

É preciso, então, olhar para a mão-de-obra, retrainar a mão de obra, dar condições para que o trabalhador possa se reempregar. Não adianta ficar pensando que ele vai manter a antiga ocupação, porque não vai, ele tem que se reempregar em outras áreas. Isso tem um custo, e o Governo tem e está fazendo. Nós estamos destinando, neste ano, vastos recursos do FAT para retraining da mão-de-obra, porque não é só olhar o empresário, tem que olhar o trabalhador. Mas não adianta olhar o trabalhador com a perspectiva antiga. Ele vai perder aquele emprego, vai ganhar um outro e, às vezes, não está preparado para o outro. Então, você tem que prepará-lo para o novo emprego.

Bem, com o Rio Grande do Sul é da mesma maneira. Acho que o Rio Grande do Sul tem condições muito positivas para se readaptar à economia que está em emergência. Para isso, é preciso, realmente, que haja uma vinculação muito clara com o Governo Federal, com os governos estaduais, com os municípios e com o setor privado.

Acho que essa questão da descentralização é essencial. É curioso, e aqui já foi falado, que nós precisemos evitar que tudo fique no eixo Rio–São Paulo. E a História é caprichosa: eu sou um carioca paulista e tenho que trabalhar para que, hoje, Rio–São Paulo não predomine. Imaginem as dificuldades que eu tenho. Mas faço-o com tranquilidade, porque não é em detrimento de Rio–São Paulo. Aliás, para o Rio, por exemplo, nós temos demonstrado claramente o empenho em ver renascer a sua economia, não é? Desde logo, São Paulo eu não deixaria nunca de lado, porque seria ruim para o Brasil. O que temos em São Paulo é uma riqueza fantástica de tecnologia, de servi-

ços, hoje, de indústria, que está à disposição do País. Mas temos que descentralizar.

A decisão tomada pela Renault de se localizar no Paraná já foi um passo importante na direção do sul, e não foi mais para o sul porque não tem estrada.

Depois da decisão, eu conversei com o Sr. Louis Schweitzer, o Presidente da Renault, que me explicou como foi a decisão dele. O problema é o custo. Então, se quisermos, realmente, descentralizar, temos que fazer estradas e portos.

O que o Governo Federal pode fazer de mais concreto para ajudar a descentralização industrial é colaborar para recompor a malha viária, é fazer com que haja, agora, essa BR-101. Não foram só do BID os recursos, não. No Japão, agora, eu assinei – eu, não, outros assinaram, na minha frente – complementação de recursos para as BR-101 e BR-116, não é isso? E nós vamos ter que ter essa visão.

A questão dos portos também. Podem olhar que já no ano passado houve uma destinação de mais recursos para alguns portos, inclusive para o de Rio Grande, que é um porto essencial. Nós vamos ter que ver como é que a malha ferroviária vai ser também melhorada para chegar lá, e estamos tomando medidas nessa direção.

De alguma forma, o Governo Federal fará tudo que puder na infra-estrutura – daí, energia é Candiota III, é Itá, é Jacuí, não é? Tenho me empenhado nisso que, acho, é o que podemos fazer para ajudar a descentralização. Com a descentralização, a decisão de investimento não vai estar baseada na influência política; não é porque o Presidente da República pede que o investimento seja aqui ou ali que a empresa vai investir; vai quando houver condições de ganhar dinheiro. O que o Governo Federal tem que fazer, juntamente com os governos estaduais, é proporcionar uma base de infra-estrutura que permita à empresa tomar uma decisão de localização favorável às regiões do Brasil.

É por isso que tenho tanto empenho nessa BR, na questão da energia elétrica e nos portos, porque esse é o ponto central. Claro, existem os outros problemas; o problema do financiamento, da agricultura...

Problema é o que não falta. Se quiserem dividir problemas comigo, estou às ordens.

Mas acho que o rumo está dado. Quando falo, com tanto empenho, ao País que nós temos tudo para, realmente, seguir adiante, é porque o rumo está dado. A pedra fundamental disso é a estabilização.

Eu me recordo – vocês sabem quantas vezes, quando Ministro da Fazenda, fui ao Congresso – de quanta gente foi contra, meu Deus, quanta gente disse que o Real era um pesadelo. Você vê como é difícil olhar para a frente. E nós tivemos que tomar decisões políticas difíceis, com coragem e, às vezes, com impopularidade.

Mas a estabilização, hoje, é condição fundamental do crescimento da economia. Nós temos que fazer tudo para manter a moeda forte. E a moeda forte não é forte para o rico, não: é para o pobre também, é, sobretudo, para o pobre. É fundamental. E, para isso, a gente não tem que olhar conveniência pessoal, não tem que olhar popularidade, não tem que olhar nada. Tem que fazer, porque, se não fizer isso, se não tiver essa moeda como um símbolo, não vem investimento.

Agora, eu fui ao Japão e assinamos lá – sei lá, 4 ou 4,5 – não sei quantos bilhões. É muito bilhão, muito bilhão, não é? Fui ao Japão como Ministro do Exterior e anunciava, lá, que o Brasil tinha condição de crescer e tal. Eles olhavam... “Que é isso? Está sonhando? Como é que cresce com uma inflação de 40% ao mês?” Eles não acreditavam. Crescíamos mesmo, mas eles não acreditavam, porque era um crescimento desordenado, que não permitia antever o que ia acontecer.

Agora, foi diferente. Agora, fomos lá para assinar contratos de investimento, de financiamento. E outros virão. Por quê? Porque temos a moeda estável.

Então, a outra maneira de o Governo Federal ajudar essa descentralização é o Governo fazer as reformas. Não tenham ilusão. Não tenham ilusão: se não houver as reformas da Previdência, da administração e tributária, esse impulso que estamos dando ao Brasil pára! Pára, como dois e dois são quatro! Então, nessa hora, não dá para hesitar. E temos que cortar privilégio, não tem jeito. O País cansou de uma estrutura malemolente, em que todo mundo diz: “Ah,

deixa como está, não enfrenta. Vamos deixar. Posterga. Faz amanhã. Faz no ano que vem.”

Não dá mais! É agora! Tem que ter ritmo nisso. Nós temos que fazer essas reformas, porque elas são condição para que haja a estabilidade da moeda. E isso é condição para que haja tudo o mais que nós queremos: o crescimento econômico, o bem-estar da população, o emprego. É isso. As peças vão juntas, não é?

Estou vendo, aqui, o nosso Líder no Congresso, que sabe que nós estamos falando sempre nesse mesmo sentido com a liderança, Senador Camargo, meu velho companheiro, não é?

Nós precisamos ter consciência de que as coisas não são isoladas. Não é: “Faça uma estrada, hoje... Faça...” Não. É um processo, que vai em cadeia.

Havia umas teorias de desenvolvimento econômico, no tempo em que eu andava mexendo com essas coisas, e uma delas era a chamada Teoria do Primeiro Impacto. Foi até um húngaro que escreveu isso. Como é que uma região atrasada começa a crescer? A nossa Deputada Yeda sabe dessas coisas, da Teoria do Primeiro Impacto. Foram mudando. Hoje, eles todos sabem que, tudo bem, ter um primeiro impacto é importante, mas o que faz o crescimento econômico não é isso, não: é um processo, é o encadeamento de ações.

Hoje, não se pensa nem mais – como no tempo em que eu estudava com o Professor Perroux – nos pólos de crescimento. Não se fala mais nisso. São “corredores” que se diz. Se eu tomo a decisão de fazer o porto de Sepetiba, essa decisão só tem sentido se houver, também, uma ligação de estrada de ferro, um braço que vá para Minas, um braço para São Paulo, um braço para o Oeste, aqui, para o Centro-Oeste. Isso aí vai encadear a possibilidade de Sepetiba existir. E, se eu fizer a retaguarda do porto... Para fazer a retaguarda do porto, tenho que ter um investimento em armazém, mas também tenho que ter fábrica e, depois, tenho que ver como é que é o minério. É tudo junto.

Então, nós temos que pensar a Região Sul como vocês estão pensando, dessa maneira. É um encadeamento de ações, não é isso? Não é uma ação isolada, não é uma ação de impacto. Não, não. Há

que ter uma visão do conjunto. E o PPA, que está lá, no Congresso, já dá para mostrar isso, que o Governo está se encaminhando com esse espírito. Nós precisamos, agora, é ter persistência no rumo, recursos. Não temos recurso. Quando eu digo “Bom, não dá para aumentar tal coisa”, é porque não dá; porque, quando se soltar a rédea, aqui, não vai ter recurso para investimento nenhum, vai tudo para trás.

Então, precisamos ter condição de obter recursos, de fazer a reforma tributária, essa coisa toda, para que haja uma sobra. Até hoje o Governo Federal não está investindo o suficiente. Quando parou o crescimento do Brasil, parou por quê? Porque o dinamo era a poupança pública, acrescida de uma pequena poupança externa. Mas as duas pararam. Nos últimos anos, só ficou a poupança privada. Não dá. O Brasil, para crescer, tem, claro, a base, que é a poupança nacional privada, mas o Governo precisa ter um excedente de imposto – não é de títulos – para poder ter uma folga para investir. E a poupança externa é um *plus*, é um “a mais”, mas não é a base, não é a base. Capital se faz em casa mesmo, mas faz o setor privado e faz o Governo Federal, não é isso? O setor privado está se recompondo, o externo está vindo. Agora, precisamos que o estatal tenha condições de investir nisso que eu falei, em infra-estrutura.

Então, para nós, tendo essa consciência, havendo um sentido de urgência, sabendo das coisas que têm que ser feitas, é só fazer.

Estou disposto a ajudá-los a fazer. Não adianta, não vou fazer isso sozinho, nem as coisas do Sul, nem ninguém vai fazer, mas, quando quiserem, o quanto quiserem discutir concretamente para empurrar melhor essas coisas que vocês estão propondo, contem comigo como se eu fosse do Sul, de Santa Catarina, do Rio Grande ou do Paraná. Devo lhes confessar que sou mais do Rio Grande do Sul, que conheço melhor, mas meu pai nasceu no Paraná: dá para fazer uma média aí. Santa Catarina, eu escrevi um livro sobre ela.

Muito obrigado a vocês. Muito obrigado.

